UFMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍCAS PÚBLICAS
QUESTÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XXI

EDUCAÇÃO AMBIENTAL:
formulando debate para o desenvolvimento sustentável em uma perspectiva interdisciplinar

Eraldo Souza do Carmo*

RESUMO

O presente artigo apresenta uma discussão sobre educação ambiental e desenvolvimentos sustentável, enfatizando a problemática ambiental que se aprofundou no planeta e os constantes esforços que os organismos internacionais, ONGS, governos, pesquisadores vem fazendo na tentativa de construir mecanismos e alternativas para uma sociedade sustentável, tanto ambientalmente, quanto economicamente viável. Nesta tarefa, a educação ambiental assume a responsabilidade da formulação de uma proposta educativa a partir de novos valores ambientais, sociais, políticos e culturais. Deve assumir uma educação que vá além do processo formal de ensino e assumindo um caráter interdisciplinar.

Palavras-Chave: Educação Ambiental. Desenvolvimento Sustentável. Interdisciplinaridade.

ASTRATCT

The present article presents a quarrel on ambient education and developments sustainable, emphasizing problematic ambient that if went deep the planet and the constant efforts that the international organisms, ONGS, governments, researchers come making in the attempt to construct to mechanisms and alternatives for a sustainable society, in such a way ambiently, how much economically viable. In this task, the ambient education assumes the responsibility of the formularization of a proposal educative from new ambient, social values, cultural politicians and. It must assume an education that goes beyond the formal process of education and assuming a character to interdisciplinar.

Keywords: Ambient OEducação. Sustainable development. Interdisciplinaridade.

1 INTRODUÇÃO

Diante da problemática ambiental que o planeta terra vem passando com a aceleração do aquecimento global, provocado principalmente pelo desequilíbrio ambiental, os representantes dos 180 países reunido na Rio-92 concluíram que o modelo de desenvolvimento econômico vigente não é “sustentável”, ou seja, ele é inviável economicamente, socialmente e ecologicamenete (DIAS, 1999, p. 34).

Buscando refletir a o desenvolvimento sustentável e a educação ambiental em uma abordagem interdisciplinar, vamos discutir neste paper num primeiro momento, as crises ambientais que levaram a construir uma proposta de desenvolvimento sustentável.

*Estudante da Pós-graduação. Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos da Amazônia- NAEA
Curso Internacional em formação de especialistas em Desenvolvimento de áreas Amazônicas – FIPAM

Seguidamente estaremos discutindo a educação ambiental dentro de uma perspectiva interdisciplinar, procurando enfatizar a ecopedagogia enquanto uma proposta pedagógica inovadora. No final, a partir das discussões teóricas estaremos manifestando nosso ponto de vista sobre a necessidade da educação ambiental a partir da interdisciplinaridade para viabilizar o desenvolvimento sustentável.

2 CRISE AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A sociedade vem passando por um processo de modernização nas diversas estruturas, econômicas, sociais, culturais, políticas e tecnológicas. Os países vivem uma corrida desenfreada para alcançar os padrões de uma sociedade desenvolvida, mas poucos são os considerados países desenvolvidos, os demais são "subdesenvolvidos", ou, "em via de desenvolvimento", na prática todos os países encontram-se "[...] em via de desenvolvimento/mau desenvolvimento. (IGNACY, 1993).

Na corrida pelo desenvolvimento, os recursos naturais são utilizados de forma desenfreada, fundamentado por uma lógica extremamente capitalista que explora a sem a preocupação com a conservação do meio ambiente. (ZAOUAL, 2003). Este modelo provocaria um colapso ambiental de forma mais rápida, uma vez que alguns impactos ambientais localizados já vinham acontecendo, como poluição de rios e córregos, ar de certas cidades, esgotamento de minerais e recursos não renováveis. (FOLADORI, 2001)

O despertar para uma consciência do mundo e a necessidade de se discutir uma política de controle só foi legitimada a partir de 1972 na Conferência da Organização das Nações Unidas em Estocolmo, sobre o Ambiente Humano, onde foi lançada a "Declaração sobre o Ambiente Humano" a educação ambiental foi mencionada como uma das estratégias para novas relações com o meio ambiente. (PEDRINI, 1997)

Os intelectuais do Clube de Roma lançaram um documento dos países ricos, baseados nos estudos sobre crescimento demográfico e exploração dos recursos naturais denunciando um provável colapso da humanidade caso o modelo de crescimento não fosse repensado. (PEDRINI, 1997)

As preocupações voltam-se para uso de forma equilibrada dos recursos naturais e com o desenvolvimento baseado no principio da "sustentabilidade", este termo foi usado pela primeira vez em 1980 pela União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (GODARD, 1997).

Na luta pela sustentabilidade ambiental os movimentos ambientalistas tornaram-se "multissetoriais" como enfatizou Violla e Leis (1992). Os mais radicais defendiam uma

drástica reversão da dinâmica demográfica. Os moderados dentro de uma visão política, neste grupo, uma minoria de caráter radical, "[...] defendia a redistribuição do poder político e econômico" de outro lado, os de caráter reformistas defendiam "[...] um modelo de desenvolvimento que interiorize a sustentabilidade social e ambiental". (VIOLLA E LEIS, 1992, p. 76 e 77)

Godard (1997, p. 108) refletindo sobre meio ambiente e desenvolvimento fala do "principio da precaução" que visa ["...] antecipar, prevenir ou reduzir as causas das mudanças climáticas e atenuar seus efeitos negativos", é o principio que toda política deve seguir, mas na prática há uma preocupação maior pelos resultados econômicos que sociais. Para Fenzl (2000), o desenvolvimento sustentável não é apenas um modismo, o cerne da questão é a degradação ambiental e humana que a humanidade enfrenta.

Portanto, o desenvolvimento sustentável deve combinar crescimento e desenvolvimento econômico com justiça social e domínios dos problemas ambientais. A sustentabilidade visaria não só preservar a natureza e a biodiversidade, mas a heterogeneidade cultural, o pluralismo político e as relações sociais e locais.

Sachs (1993) enfatiza, porém, que o desenvolvimento deve basear-se na capacidade do povo pensar a seu próprio respeito, dotar-se de um projeto, o que remete a cultura e a ética que chamou de duas vertentes de solidariedade, "a sincrônica" com a geração presente e "a diacrônica" com as gerações futuras.

3 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR COM ENFOQUE NA ECOPEDAGOGIA

A Educação Ambiental (EA) passou a ter lugar de destaque no cenário internacional a partir da década de 70. A fim de se estabelecer princípios, acordos e tratados vários eventos foram realizados na perspectiva de se trazer a tona os desafios entre crescimento econômico e sustentabilidade ambiental.

Um dos primeiros eventos internacionais foi a realização da Conferência de Estocolmo realizada em 1972, pelas Organizações das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano; Em 1975 houve a Conferência de Belgrado que reuniu especialistas de 65 países, em 1977 a Conferência de Tbilisi que definiu princípios e recomendações para a EA; em 1987 a terceira conferência de Moscou; para avaliar o desenvolvimento da EA da Conferência de Tbilisi. (PEDRINI, 1997, P. 29 e 30)

Por fim, a Conferência do Rio de Janeiro, denominada de Eco-92 reuniu 182 países e aprovou cinco acordos oficiais internacionais todos voltados para preservação e conservação dos recursos, entre as estratégias a Agenda 21 e os meios para sua

implementação. O governo brasileiro por ocasião da Eco-92 através do Ministério da Educação promoveu um Workshop onde foi aprovado um documento denominado “Carta Brasileira para Educação Ambiental”. (PEDRINI,1997, p. 26)

Diante das críticas sobre esta série de eventos internacionais Pedrini (1997) considerou um absurdo a conferência de Tbilisi atribuir aos países subdesenvolvidos a culpa pela sua pobreza econômica que geraria a degradação ambiental, enquanto, os países desenvolvidos foram isentados.

No caso do Brasil, Pedrini (1997) argumenta que a EA não seguiu um caminho linear sofrendo muitos atropelos. Há falta de coerência entre o discurso técnico e as práticas ambientais. Leff (2001, p. 240 e 241) ressalta que “faltou aos projetos de educação ambiental formal a conformação de massas críticas de professores [...] assim como uma vigilância epistemológica, metodológica e pedagógica em seu processo de desenvolvimento prático”.

O maior desafio que se apresenta para a implementação da política de educação ambiental é pensar numa perspectiva interdisciplinar. Para Japiassu (1976, p. 43) a interdisciplinaridade se apresenta como um protesto “contra um saber fragmentado, em migalhas, pulverizado numa multiplicidade crescente de especialidades em que cada uma se fecha para fugir do verdadeiro conhecimento”.

A educação assim deve assumir outra lógica, podendo tornar-se a mola propulsora na construção do processo de formação de novos valores, habilidades e capacidade para orientar a sociedade no cuidado com meio ambiente. No entanto, a formação da pessoa humana a partir de uma nova ética e o ensino a partir da interdisciplinaridade no campo ambiental, visa a construção de novos conhecimentos e técnicas em uma perspectiva crítica sobre o meio ambiente em uma visão interdisciplinar.

De outra forma, o sistema educacional deveria estabelecer um programa de formação permanente do seu quadro educacional dentro de “uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar” (GADOTTI, 2000, P. 239). A educação ambiental ultrapassa a visão conservacionista, preocupa-se com a qualidade de vida e com uma atitude de respeito com a natureza, procura criar nas pessoas a necessidade de novas atitudes, valores e ações.

Para Gadotti (2000) a ecopedagogia é um movimento social e político que surge na sociedade civil através das organizações de educadores, ecologistas, trabalhadores e empresários preocupados com meio ambiente. Ela pretende fazer uma discussão curricular, que ultrapasse a visão monodisciplinar, ou seja, visa trazer para a discussão a estrutura e funcionamento dos sistemas de ensino, que foram institucionalizados no século passado

sob a égide da “pedagogia clássica, racionalista e centralizadora” baseado na memorização (2000, p. 237).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de uma sociedade a partir de novos valores, atitudes e ações que leve em consideração o meio ambiente com enfoque em uma pedagogia para sustentabilidade necessita de uma ação mais consistente do Estado na formulação de políticas públicas na perspectiva ambiental e humana.

Há uma necessidade também de se estabelecer uma relação entre o homem e a natureza, e os estudos da ecologia humana vem contribuindo nesta reflexão (MORAN, 1946), pois a construção de uma sociedade que prime por uma nova ética ambiental requer além da construção de novos valores a compreensão de que todos são responsáveis diariamente por uma educação para a vida em vista da natureza.

A educação ambiental assume a tarefa de implementar uma pedagogia para o desenvolvimento sustentável a fim de construir um modelo de desenvolvimento que tenha a capacidade de perceber os limites dos recursos naturais, seja os renováveis ou não renováveis. Para Oliveira (2003) a biodiversidade é outro fator de preocupação pela sua destruição, o que tem remetido a um “[...] retorno aos saberes locais, isto é, das populações tradicionais, têm se refletido nos conceitos de desenvolvimento sustentável, conservação e proteção a recursos naturais, nas condições de manejo positivo [...]”.

A educação ambiental tem a tarefa de propor e construir novas relações sociais, políticas, culturais e econômicas a partir de uma educação que forme cidadãos com uma visão crítica para a cidadania socioambiental.

Além da assinatura dos tratados internacionais, a formulação de legislação ambiental, pesquisas e estudos sobre os impactos ambientais, é necessário que as políticas públicas já em curso assumam compromisso com a sustentabilidade do humano. O desafio do Estado, assim como das instituições de ensino e pesquisa é com a elaboração de políticas onde, tanto as ciências sócias e naturais disponibilizem suas produções científicas a fim de que os resultados sejam mais eficazes e positivos.

A educação ambiental tem uma tarefa importante no debate sobre desenvolvimento sustentável, no entanto, não acredito que só ela poderá dar conta desta tarefa, o conhecimento interdisciplinar emerge como a mola propulsora na formulação das políticas sociais, econômicas, culturais e ambientais.

REFERÊNCIAS

DIAS, Genebalda Freire. **Elementos para capacitação em educação ambiental**. Ilhéus Editus, 1999.

FENZL, Nobert. Estudos de Parâmetros Capazes de Dimensionar a Sustentabilidade de um Processo de Desenvolvimento. **In: Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável. Uma contribuição Para a Amazônia 21**. Tereza Ximenes (Org.), NAEA, 2000.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do Desenvolvimento Sustentável**. Marisie Manoel (Trad.). Campinas São Paulo. Editora da UNICAMP. 2001.

LEFF, Enrique. Saber ambiental. **Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Ed. Vozes. PNUMA. Petrópolis, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Perspectiva atuais da educação.** Porto Alegre. Artes Médicas Sul, 2000.

GODAR, Olivier. O desenvolvimento sustentável: paisagem intelectual**.** In: CASTRO, E. (Org) **Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém. CEJUP/NAEA/UFPA, 1997.

JAPIASSU, Hilton (1976). **Interdisciplinaridade e patologia do saber.** Rio de Janeiro. Imago Editora Ltda.

MORAN, Emilio (1990). **A ecologia Humana das populações da Amazônia. Da ecologia cultural à ecologia humana**. Petrópolis: Vozes.

OLIVEIRA, José Arnaldo. Biodiversidade e Conhecimento Tradicional. In: Moreira, Eliane (Org.) **Seminário saber Local / Interesse global:** propriedade intelectual, biodiversidade e conhecimento tradicional na Amazônia. Belém: CESUPA: MPEG, 2005.

PEDRINI, Alenxandre de Gusmão (Org.). **Educação Ambiental:** reflexões e práticas contemporâneas**.** Petrópolis: vozes, 1997.

SACHS, Ignacy. Desenviolvimento**:** um conceito interdisciplinar por excelência**. Revista Tempo Brasileiro**. Nº. 113, abril-junho, 1993.

VIOLLA, Eduardo. & LEIS, Hector. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971 – 1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. IN: HOGAN, Danil, & VIEIRA, Paulo (orgs) **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Ed. Unicamp. Campinas 1992.

ZAOUAL, Hassan. **Globalização e diversidade cultural.** THIOLLENT, Michel (Trad.). São Paulo: Cortez, 2003.